

Redução de financiamento da área pública exige controle dos gastos

BRÁSÍLIA — O orçamento unificado do Governo para 87 exigirá rigoroso controle dos gastos públicos, para reduzir as necessidades de Financiamento da Área Pública (NFSP) — recursos para cobrir as despesas com investimentos da União — de 4,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) (Cz\$ 147 bilhões), projetados para este ano, para 2,5 por cento (Cz\$ 95,245 bilhões).

Inicialmente, o Ministério do Planejamento defendia a redução das necessidades de financiamento para apenas quatro por cento do PIB, sob o argumento de que o déficit público não pressiona a inflação e a diminuição rigorosa poderia significar a redução dos investimentos da administração

direta, inclusive na área social. No entanto, prevaleceu a posição do Ministério da Fazenda, preocupado com a repercussão política da manutenção do déficit nos mesmos números deste ano, diante da cobrança de maior contribuição da sociedade (empréstimos compulsórios). O Presidente José Sarney optou pelo corte generalizado das despesas públicas para reduzir o déficit.

As necessidades de financiamento serão cobertas da seguinte forma, segundo o Ministro do Planejamento, Jo-ao Sayad: Cz\$ 20 bilhões serão captados no mercado através de títulos federais; e os restantes Cz\$ 60 bilhões serão deixados para o próximo exercício (float), ficando registrados como déficit de caixa da União, no fim do ano.